

HABEAS DATA: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA EFETIVA NECESSIDADE EM FACE DO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO DE GARANTIAS PROCESSUAIS

MARCELO CASSEB CONTINENTINO

Advogado da União na Consultoria-Geral da União em Brasília-DF

Sumário: 1. Introdução – 2. A Constituição Federal: direitos e garantias – 3 Do direito à informação: o substrato do *habeas data* – 4. Das semelhanças entre o *habeas data* e o mandado de segurança – 5. Uma análise panorâmica de direito comparado – 6. Da necessidade do *habeas data* no sistema constitucional brasileiro – 7. Conclusão – Bibliografia

RESUMO: O artigo versa sobre o *habeas data* e sua necessidade para garantir o direito à intimidade e à informação, analisando suas semelhanças e diferenças com o mandado de segurança.

PALAVRAS-CHAVE: *Habeas data*. Direito à informação. Diferenças. Mandado de Segurança.

1. Introdução

Após as Revoluções Liberais, vários direitos foram recepcionados pelas novas ordens constitucionais, como forma de garantir, sobretudo, a liberdade individual e o Direito de Propriedade. No século XX, com o advento das ditaduras militares, determinadas formas de agressão à pessoa humana foram intensificadas, tais como, a manipulação de

informações, para as finalidades arbitrárias do Estado.

A Constituição Federal, dentro dessa perspectiva, assegurou ao cidadão diversos direitos e garantias, destacando-se nesse particular dentre as demais constituições liberais, pelo amplo rol acolhido. Pode-se enumerar, entre as garantias previstas na Constituição Federal, o *habeas data*, remédio constitucional, introduzido no sistema jurídico brasileiro, visando a proteger o direito de intimidade do cidadão.

A grande discussão que se levanta, quanto ao remédio constitucional em comento, é a sua efetiva necessidade dentro de nosso sistema jurídico processual. Com efeito, seria imprescindível a instituição do *habeas data*, com a exclusiva finalidade de tutelar a intimidade da pessoa, rela-

tivamente ao direito às informações pessoais, ou o sistema, em seu conjunto, ofereceria outras alternativas? A resposta quanto a essa indagação será objeto do presente trabalho.

2. A Constituição Federal: direitos e garantias

A Constituição Federal não se limita apenas em definir direitos fundamentais, mas, como afirma com muita propriedade Barbosa Moreira, “*contempla igualmente uma série de remédios processuais cujo emprego se destina a assegurar praticamente, a um tempo, a integridade ou a reintegração dos direitos e o cumprimento dos deveres ou a imposição de sanções a quem os descumpra*”.¹

Essa orientação constitucional advém da moderna concepção de que a consagração de direitos pela Constituição, sem os respectivos meios de assegurá-los, é o mesmo que a ordem jurídica deixar de reconhecê-los². Nesse contexto, entende-se perfeitamente a constante aproximação entre o Direito Processual e o Direito Constitucional, chegando-se ao Direito Constitucional Processual.³

É essa moderna visão processualística que vem orientando os juristas em torno da grande preocupação das sociedades: o processo e sua efetividade como meio garantidor dos direitos.⁴ O processo não mais é (nem deve ser) encarado como conjunto de

1 BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O Habeas data brasileiro e sua lei regulamentadora*. Revista de Informação Legislativa. Brasília: a. 35, n. 138, abr/jun, 1998, p. 91.

2 Cf. CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 11-13. De fato, para o professor da Universidade de Florença: “*o direito ao acesso efetivo tem sido progressivamente reconhecido como sendo de importância capital entre os novos direitos individuais e sociais, uma vez que a titularidade de direitos é destituída de sentido, na ausência de mecanismos para a sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos*”.

3 Cf. a propósito as conclusões feitas pelo eminente constitucionalista José Alfredo de Oliveira Baracho, para quem: “*Os estudos dos institutos de processo não podem ignorar seu íntimo relacionamento com a Constituição, principalmente tendo em vista os instrumentos indispensáveis à garantia e modalidades de defesa dos direitos fundamentais do homem (...) As constituições do Século XX, com raras exceções, reconhecem a necessidade de proclamação programática dos princípios do direito processual, no conjunto dos direitos da pessoa humana e as garantias que lhe são necessárias. O entendimento do processo como garantia dos direitos individuais, antecipa a compreensão do prisma constitucional do Direito Processual*” (in *Processo e Constituição: o Devido Processo Legal*. Revista de Direito Público: Revista dos Tribunais, a. XVI, n. 68, out./dez 1983, p. 55-56).

4 Como afirmou Richard Claude: “*a efetividade ou proteção processual é apenas outro aspecto do conteúdo do Direito*” (apud CAPPELLETTI, Mauro. *Op. cit.* p. 12)

regras formais a estabelecer procedimentos variados, mas como efetivo instrumento de aplicação da justiça social no caso concreto.

3. Do direito à informação: o substrato do *habeas data*

O mais recente período ditatorial no Brasil, consoante assinala o Barbosa Moreira, fez surgir uma inquietação relativamente nova, pois, informações de toda sorte “*viram-se incorporadas a registros oficiais ou paraoficiais e passaram a fornecer critérios de avaliação para a imposição de medidas punitivas ou discriminatórias*”.⁵ Contra a denominada “*comunidade de informações*”, como preleciona Luis Roberto Barroso,⁶ poder paralelo e agressivo que, não raro, sobrepunha-se ao poder político institucional, valendo-se de meios escusos pelo ordenamento para alcançar certos fins, instituiu-se o *habeas data*.

No art. 5º da Constituição Federal, sob o título Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, dentre vários direitos fundamentais do

cidadão, tem-se o ...*direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral*, ... (art. 5º, XXXIII) direito esse que se assenta em norma ainda mais ampla da identidade pessoal do cidadão. É a proteção da privacidade, da intimidade do particular contra eventuais abusos pelo poder público ou por outros entes detentores de informações em relação a pessoa.

Na fase da *jurisdição constitucional da liberdade*, para assegurar a garantia prevista no art. 5º, inciso XXXIII, da Lei Maior, o Constituinte previu a concessão de *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter públicos (art. 5º, inciso LXXII, alínea “a”) ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo (art. 5º, inciso LXXII, alínea “b”).

José Afonso da Silva, a quem se atribui a paternidade do *habeas*

5 BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Op. cit.* p. 91. No mesmo sentido, vide: MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de Segurança Mandado de Segurança*. 22ª ed. São Paulo: 2000, p. 244, para quem: “*Não se pode esquecer que o habeas data foi concebido na Constituição de 1988 como um instrumento essencialmente político. Os membros da Assembléia Nacional Constituinte tinham em mente, sobretudo, os registros do antigo Serviço Nacional de Informações – SNI durante o regime militar de 1964*”; CRETILLA JR., José. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988. Vol. II*. Rio de Janeiro: Forense, 1991, p. 770-771, tecendo comentários sobre o SNI, assinala: “*a nosso ver, essa entidade foi a força-motriz que levou os constituintes de 1988 à criação do instituto do habeas data*”.

6 Cf. BARROSO, Luís Roberto. *Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 265-267.

data no Brasil, analisando o referido remédio constitucional, alude a seu objetivo que consistiria em proteger a esfera íntima dos indivíduos contra usos abusivos de registro de dados pessoais, registro de dados sensíveis (políticos, raciais, religiosos etc.) e conservação de dados falsos contra a pessoa.⁷

Por opção puramente didática, aludir-se-á, doravante, à finalidade do *habeas data*, acima tratada, pela expressão proteção do direito à intimidade/informação, englobando não só o acesso às informações, mas também a eventual possibilidade de retificá-las.

4. Das semelhanças entre o *habeas data* e o mandado de segurança

Consoante exposto, o *habeas data* visa, em suma, a assegurar o direito à intimidade/informação do cidadão (relativamente às suas próprias informações). Pode-se, pois, conceituá-lo como “*ação constitucional, de caráter civil, conteúdo e rito sumário, que tem por objeto a proteção do direito líquido e certo do impetrante em conhecer todas as informações e registros relativos à sua pessoa e constantes das repartições públicas ou particulares acessíveis*

ao público, para eventual retificação de seus dados pessoais”.⁸ (grifos nossos)

A par do conceito transcrito, a exemplo do mandado de segurança, infere-se que o *habeas data* visa a assegurar direito líquido e certo da pessoa. A particularidade do *habeas data* refere-se à espécie do direito líquido e certo que pretende amparar. Com efeito, presta-se a resguardar tão-somente o direito do impetrante ao conhecimento de suas próprias informações, em decorrência do direito à intimidade/informação. Já o mandado de segurança, conforme prescrito no art. 5º, inciso LXIX, da Lei Maior, será concedido para “...*proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data*... .

Um dado importante: a lei regulamentadora do procedimento do *habeas data* só foi editada em 1997, Lei n. 9.507/97, quase dez anos após sua instituição. A doutrina e a jurisprudência, ante a lacuna normativa existente, supriram tal falta legislativa mediante adoção do rito do mandado de segurança para o *habeas data*. Sem embargo, a Lei n. 9.507/97, ao regulamentar o seu procedimento, manteve rito análogo ao do mandado de segurança⁹.

7 Cf. SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 431-432.

8 MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 138.

9 Cf. MEIRELLES, Hely Lopes. *Op. cit.* p. 239-240 e p. 247.

Tal orientação, na verdade, vem a confirmar a grande similitude dos dois *writs* constitucionais, no que se refere à natureza jurídica, máxime pelo fato de ambos possuírem *natureza civil*, em detrimento do *habeas corpus*, cuja natureza é penal.¹⁰ Dessa forma, pode-se afirmar, a teor do texto constitucional, que não existe uma diferença ontológica entre o mandado de segurança e o *habeas data*, e, sim, uma diferença quanto à espécie do direito tutelado, qual seja, o direito à intimidade, à informação.

Não se quer dizer, contudo, que o mandado de segurança não seja via adequada para a tutela do direito à intimidade/informação, no sentido aqui proposto (*vide* item 3). O que ocorre, isso sim, é a reserva constitucional que excepcionou o dito direito, para ser exclusivamente resguardado pelo *habeas data*. Pode-se, lícitamente, concluir que se inexistisse o *habeas data*, o mandado de segurança seria o remédio perfeitamente cabível para tutela do direito à intimidade/informação.

Numa perspectiva histórica, tanto a Constituição de 1946 (art. 141,

§ 36, II: “a lei assegurará a ciência aos interessados dos despachos e das informações a que eles se refiram”), como a Constituição de 1967 (art. 150, § 34: “a lei assegurará a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações”) e a Emenda Constitucional n. 1 de 1969 (art. 153, § 35, ao repetir o texto anterior) asseguravam o direito à informação. Claro está que, em face do regime militar, tal direito viu-se, senão excluído, em grande medida não concretizado, devido ao regime político da época, e não à falta de remédio eficaz para tanto, vez que o mandado de segurança era a medida apropriada.

5. Uma análise panorâmica de direito comparado

As observações externadas no item anterior ainda mais se evidenciam ao se proceder a uma análise nos sistemas jurídicos de outros países. Com efeito, nos Estados de Direito, onde se estabeleceu um regime democrático, garante-se a pessoa humana contra o uso abusivo de informações a seu respeito.

10 Aliás, esse foi o entendimento adotado pelo Exmo. Sr. Juiz da 10ª Vara Federal de São Paulo, Dr. Paulo Octávio Baptista Pereira, o primeiro magistrado, no país, a apreciar o pedido de *habeas data*: “A hipótese versada, embora etimologicamente mais próxima do consagrado direito de *habeas corpus* (tendente a evitar o abuso à liberdade de locomoção), na verdade, o novo instituto tem mais a ver como mandado de segurança. Além de ser cabível, identicamente contra ato de autoridade, comissivo ou omissivo, a sua esfera de ingerência muito pouco tem com a área criminal, ingressando muito mais no exercício dos direitos civis do cidadão” (in CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira. *A Garantia Constitucional do Habeas Data*. Revista de Processo: a. 15, n. 60, out/dez, 1990, p. 75).

*As Constituições da Espanha (art. 18) e de Portugal (art. 35) dispõem, respectivamente, sobre o controle do uso da informática e sobre o direito de conhecer o que constar de registros informáticos a seu respeito, mas nenhuma delas e nenhuma outra criou um meio específico de invocar a jurisdição para fazer valer esses direitos reconhecidos.*¹¹ (grifos nossos)

Igualmente, como observou José Afonso da Silva, a França e a Alemanha assentaram em seus respectivos ordenamentos jurídicos “*leis muito importantes sobre a proteção contra o uso abusivo de dados pessoais, com definição de sanções rigorosas*”. E continua mais adiante o estimado professor: “*todas elas contêm sanções penais rigorosas. Mas nenhum desses países estrutura um remédio específico, como garantia constitucional, para amparar esse direito no caso de não ser atendido*”.¹²

Como se percebe, independentemente da previsão constitucional de remédio específico, no caso de

habeas data, o direito à intimidade (relativamente ao acesso de informações pessoais) é eficazmente tutelado nas mais consolidadas instituições democráticas do mundo. No Brasil, consoante visto no item anterior, também garantia esse mesmo direito sem qualquer previsão de remédio específico.

6. Da necessidade do *habeas data* no sistema constitucional brasileiro

Inspirado no sistema de garantias ao direito de intimidade dos países europeus, José Afonso da Silva idealizou o *habeas data* e estruturou o seu projeto, ao propô-lo perante a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (Comissão Afonso Arinos).¹³

Nesse ínterim, afigura-se a questão cerne do estudo tal qual já levantada por Barbosa Moreira, referindo-se ao direito de informação: “*antes de passarmos adiante, cabe assinalar que, ao ver de alguns, não teria sido preciso criar remédio processual novo para tutelar o direito em foco*”.¹⁴

11 SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. p. 431.

12 Cf. SILVA, José Afonso da. *Op. cit.* p. 431.

13 A propósito confira: SILVA, José Afonso da. *Op. cit.* p. 429-430; BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Op. cit.* p. 92; MEIRELLES, Hely Lopes. *Op. cit.* p. 233; LIPPMANN, Ernesto. *O habeas data visto pela doutrina e interpretado pelos tribunais*. Revista dos Tribunais. a. 85, vol. DCCXXIII, jan/1996, p. 118, este último afirma expressamente: “*o rito processual do habeas data é o do mandado de segurança*”. Vale ressaltar que se artigo foi escrito antes da lei regulamentadora do *habeas data*, Lei n. 9.507/97. Mesmo após a edição da lei em apreço, o rito adotado permaneceu semelhante ao do mandado de segurança (Cf. MEIRELLES, Hely Lopes. *Op. Cit.* p. 234).

14 BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Op. cit.* p. 92

Cumpra ressaltar que, não obstante o fato de o *habeas data* ter sido instituído recentemente no sistema jurídico brasileiro, a proteção ao direito à intimidade tem origem remota, sendo definitivamente consagrado com as Revoluções Liberais. Inclui-se o direito à intimidade entre os direitos de primeira geração, ou seja, “os direitos da liberdade, os primeiros a constarem do instrumento normativo constitucional, a saber, os direitos civis e políticos, que em grande parte correspondem, por um prisma histórico, àquela fase inaugural do constitucionalismo do Ocidente”. Estão, sem dúvida, conforme asseverado por Paulo Bonavides, consolidados na sua projeção de universalidade formal, “não havendo Constituição digna desse nome que os não reconheça em toda a extensão”.¹⁵

Assim, antes da vigente Constituição, já o observara José da Silva Pacheco,¹⁶ várias decisões judiciais admitiam a utilização do mandado de segurança com a mesma finalidade hoje estabelecida ao *habeas data*.

Essas constatações levam juristas de peso, como Barbosa Moreira, a afirmar:

Consagrado que fosse este em termos substanciais (referindo-se ao direito ao acesso a informações), a respectiva proteção em juízo poderia utilizar, pura e simplesmente, a via já conhecida do mandado de segurança. A experiência, de certo modo, abona esse pensamento.¹⁷ (grifos nossos)

Ademais, a Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”) assegura a todos a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. Ora, tal direito, a rigor, deveria ser tutelado pelo *habeas data*, pois o que se deseja mediante uma dada certidão é a informação nela contida, comprobatória de uma determinada situação. No entanto, a prática forense é em sentido contrário, como ilustra José Afonso da Silva: “esta é uma garantia (o direito à obtenção de certidões) que não raro acaba por se realizar mediante outro remédio: o

15 Cf. BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 517.

16 Cf. PACHECO, José da Silva. *O mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas*. apud MORAES, Alexandre de. *Op. cit.* p. 139.

17 BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Op. cit.* p. 92. O MM. Juiz da 10ª Vara Federal de São Paulo registrou: “Poder-se-ia dizer que o criado ‘direito’, não haveria necessidade do seu regramento processual, porquanto o procedimento do ‘mandamus’ (referindo-se ao mandado de segurança) bem serviria à defesa da proposição jurídica estabelecida. Contudo, assim não entendeu o Legislador constituinte, preferindo dar-lhe mecanismo próprio e específico, deixando translúcida a sua importância no contexto constitucional vigente” (*original sem grifos*) (Cf. CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira. *Op. cit.* p. 75).

mandado de segurança, quando o pedido é negado ou simplesmente não é decidido".¹⁸

Nesse mesmo sentido, encontra-se o professor José Cretella Júnior:

*Não há, assim, nenhuma novidade, a não ser no nome – habeas data –, porque o mandado de segurança, desde que foi instituído poderia, como pode ser hoje, impetrado, para exigir dos órgãos públicos 'informações que a eles se refiram', a saber, as constantes do art. 5º, XXXIII e do LXXI – 'dados ou informações constantes dos registros ou arquivos públicos'. Informações relativas à pessoa do impetrante' é o mesmo que 'informações que se refiram aos interesses' ou, 'certidões para esclarecimento de situações'.*¹⁹

Demais disso, como dito linhas atrás, a lei do *habeas data* estabeleceu procedimento similar ao do mandado de segurança, destituindo daquele o procedimento composto por duas fases, como pretendiam José Afonso da Silva e Hely Lopes Meirelles, dentre outros. Sendo assim, uma vez concedida a ordem determinando a apresentação das in-

formações, havendo necessidade de retificá-las ou anotá-las, será imperioso outra medida administrativa ou judicial para satisfação da dita pretensão. Mais uma vez, resta demonstrado o cabimento do mandado de segurança, nas hipóteses previstas para concessão do *habeas data*.

Outra não é a conclusão a que se chega, ao proceder-se a uma análise empírica para comprovar a tese da desnecessidade prática do *habeas data* como instrumento de proteção do direito à informação/intimidade. De fato, conforme dados estatísticos colhidos na Seção Judiciária Federal de Pernambuco, no período de janeiro de 1990 até junho de 2001, constata-se que *apenas nove habeas data foram distribuídos na referida Seção Judiciária*. Ora, o número inexpressivo dessas ações impetradas demonstra, no plano da eficácia, que a instituição dessa garantia não era imprescindível. O número é por demais inexpressivo.²⁰

Dessa forma, pode-se concluir facilmente com o professor Luís Roberto Barroso, em estudo sobre o *habeas data*, ao arrematar ser o

18 SILVA, José Afonso da. *Op. cit.* p. 422-423. Contra essa posição, insurge-se Hely Lopes Meirelles: "*Finalmente, o habeas data não se confunde com a garantia constitucional de obter certidões, justificando-se pelo simples interesse, que não necessita de maiores motivações, do impetrante que deseja conhecer o teor dos dados e eventualmente retificá-los*" (MEIRELLES, Hely Lopes. *Op. cit.* p. 235-236).

19 CRETELLA JR., José. *Op. cit.* p. 773-774.

20 Os dados obtidos foram fornecidos pelo Chefe da Distribuição da Seção Judiciária de Pernambuco em 07 de junho de 2001, mediante consulta ao sistema de controle de processo SIAPRO-PE.

habeas data “um remédio cuja valia é, no fundo, essencialmente simbólica”.²¹ (grifos nossos)

7. Conclusão

Por isso, é que os juristas têm se questionado sobre a efetiva necessidade do *habeas data* como remédio constitucional para a tutela do direito à intimidade/informação, pois tal direito seria muito bem resguardado pelo mandado de segurança.

Não obstante a conjuntura histórico-social em que fora instituído o *habeas data*, parece ter sido um remédio criado mais para estabelecer um marco histórico-constitucional, do que propriamente para atender

uma finalidade prática. É medida mais simbólica do que prática, eis que, sem a dita ação mandamental, o direito à intimidade/informação seria tutelado por outras vias.

A experiência constitucional estrangeira, bem como a prática forense brasileira pré-Constituição de 1988 e pós-Constituição de 88, no que tange ao direito de obtenção de certidões e à adoção do rito do mandado de segurança, para o *habeas data* até a promulgação da Lei nº 9.507/97, são pródigas em comprovar a desnecessidade do *writ* em questão para a tutela do direito à intimidade/informação, vez que o mandado de segurança é meio instrumental perfeitamente adequado para assegurá-lo.

Bibliografia

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *Processo e Constituição: o Devido Processo Legal*. Revista de Direito Público: Revista dos Tribunais, a. XVI, n. 68, out./dez, 1983, p. 55-79.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O Habeas Data Brasileiro e sua Lei Regulamentadora*. Revista de Informação Legislativa. Brasília: a. 35, n. 138, abr/jun, 1998, p. 89-101.
- BARROSO, Luís Roberto *Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
- CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira. *A Garantia Constitucional do Habeas Data*. Revista de Processo: a. 15, n. 60, out/dez, 1990, p. 72-83.
- CRETELLA JR., José. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

21 BARROSO, Luís Roberto. *Op. cit.* p. 266.

- LIPPMANN, Ernesto. *O Habeas Data visto pela Doutrina e Interpretado pelos Tribunais*. Revista dos Tribunais. a. 85, v. DCCXXIII, jan/1996, p. 116-122.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de Segurança*. 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.